

## ATA 02/07- CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

1  
2 Aos 18 dias do mês de janeiro de 2007, as 18:30hs, tendo por local o Auditório da  
3 Secretaria Municipal da Saúde, na Av. João Pessoa, 325 reuniu-se o Conselho Municipal  
4 da Saúde de Porto Alegre para tratar da seguinte pauta: 1)Abertura, 2)Apreciação da Ata  
5 26/06, 3)Faltas Justificadas, 4)Leitura dos Pareceres 01/07, 02/07, 03/07 e 04/07 e  
6 5)Relatório de Gestão do Terceiro Trimestre de 2006. Estavam presentes os seguintes  
7 Conselheiros: 1)Oscar Paniz, 2)José Antônio dos Santos, 3)Rejane Haidrich, 4)Marta  
8 Marcantonio, 5)Riograndino de Oliveira, 6)Ivo dos Santos Fortes, 7)Clodomar  
9 Freitas, 8)Maria Letícia de Oliveira Garcia, 9)Ione Terezinha Nichele, 10)Ana Maria  
10 Gomes de Lima, 11)Felix Giambastiani, 12)Zilda de Moraes Martins, 13)Maria  
11 Encarnacion Morales Ortega, 14)Elen Maria Borba, 15)Paulo Antônio Stoelben,  
12 16)Heloísa Helena Rousselet de Alencar, 17)Nidia Albuquerque, 18)Zailde Freitas da  
13 Silva, 19)Eliomar Rodrigues da Rosa, 20)Alberto Terres, 21)Maria Geneci Macedo  
14 Silveira, 22)Sandra Lúcia Santos Medeiros, 23)Sandra Mello Perin, 24)Débora  
15 Raymundo Melecchi, 25)Renata Cristina Rocha da Silva, 26)Ana Maria Martins,  
16 27)Isis Azevedo da Silveira, 28)Janete Nunes Soares, 29)Almerinda Rejane dos  
17 Santos, 30)Alair Rosinete Silva, 31)Alcides Pozzobon, 32)Roger dos Santos Rosa,  
18 33)Izolda Machado de Oliveira, 34)Pedro Gus, 35)Maria Rejane Seibel. Os  
19 Conselheiros suplentes presentes eram: 1)Antônio Losada, 2)Paulo Goulart dos  
20 Santos, 3)Fabiana Souza Olaves, 4)Carlos Alexandre Vargas de Andrade, 5)Denise  
21 Aerts, 6)Rene Miguel Alves. Justificou a sua ausência o Conselheiro Suplente  
22 Humberto José Scorza. Na seqüência, o Coordenador, OSCAR PANIZ, questiona o  
23 Plenário sobre alterações a serem feitas na Ata 26/06. A Conselheira REJANE  
24 HAIDRICH registra por escrito e passa à mesa suas propostas de correção e a  
25 Conselheira REJANE SEIBEL também faz registro de sua correção. Na seqüência é  
26 encaminhada a votação da Ata 26/06 que é aprovada por 10 votos favoráveis, 5  
27 abstenções e nenhum contrário. O Coordenador solicita então que a Coordenadora da  
28 SETEC, Conselheira ELEN BORBA faça a leitura dos Pareceres. **PARECER 01/07-**  
29 **HOSPITAL ESPIRITA DE PORTO ALEGRE. Prestação de Contas do Plano de**  
30 **Aplicação da Nona Etapa do Programa A Nota Solidária. PARECER 02/07 -**  
31 **HOSPITAL PARQUE BELEM – Plano de Aplicação Nota Solidária Décimo Trimestre**  
32 **de 2006. Valor R\$25.932,15. PARECER 03-IRMANDADE SANTA CASA DE**  
33 **MISERICÓRDIA. Plano de Aplicação dos Décimo e Décimo primeiro trimestres, de**  
34 **2006. Valor de R\$34.900,00. PARECER 04-ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR VILA NOVA -**  
35 **Prestação de Contas de Janeiro a Agosto de 2006-Convênio Parceria Resolve.** Após  
36 a apresentação solicita o Coordenador, OSCAR PANIZ, à Plenária se há algum  
37 esclarecimento a ser feito pelos representantes das Entidades aqui presentes. Não  
38 havendo nenhuma manifestação é encaminhada a votação sendo aprovados os 4  
39 Pareceres, tendo 23 votos favoráveis, nenhum contrário e 2 abstenções. Seguindo a  
40 Pauta entramos no assunto principal que é a PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERCEIRO  
41 TRIMESTRE DE 2006. Diz então o Coordenador que combinamos na Plenária de 21 de  
42 dezembro que os Conselheiros receberiam o Relatório e trariam hoje as suas dúvidas,  
43 página por página. Nossa idéia é não fazer a apresentação do Relatório. Ele está já  
44 disponível no equipamento e a Dra. LIZIA o abrirá na medida em que houver  
45 necessidade de esclarecimentos. Ressalta também o Coordenador que a questão dos  
46 Implantes será tratada depois da apresentação do Relatório de Gestão e já alertamos que  
47 não será assunto de pauta. Iremos expor os encaminhamentos que foram combinados  
48 com o Gestor. Inicia sua manifestação sobre o Relatório de Gestão a Conselheira MARIA  
49 ENCARNACION. Faz o questionamento sobre a localização de alguns trabalhadores em

50 saúde. Na seqüência a Conselheira IONE inicia solicitando esclarecimento sobre onde  
51 estão os médicos com RDE, porque na Rede não consegue-se encontrá-los. Da  
52 mesma forma solicita esclarecimentos sobre outros cargos com dedicação exclusiva.  
53 Comenta ela, e também solicita um posicionamento, sobre os cargos dos trabalhadores  
54 que estão se aposentando, que pelos números observa-se que está acontecendo  
55 bastante. Se manifesta o Conselheiro ALBERTO TERRES que diz ter observado nas  
56 visitas que tem feito nas Unidades de Saúde esta diminuição de funcionários e até  
57 mesmo no atendimento de determinados serviços, pela falta de servidor. Estivemos com  
58 o Secretário na semana passada e ficamos sabendo que haverá um concurso no  
59 primeiro semestre. Então queremos saber o que tem de efetivo, o que é real nesta história  
60 sobre o concurso para que a gente possa, no mínimo, ter um horizonte de que isso  
61 melhore. O número de funcionários esta diminuindo de forma vertiginosa e está  
62 prejudicando o serviço e o servidor, que está sem condições de trabalho. Está  
63 aumentando o número de horas extras, ocasionando doenças no próprio servidor, pelo  
64 excesso de trabalho. E não é somente nas Unidades Básicas. Também nos Hospitais. A  
65 Secretaria não nos apresentou ainda algo concreto se vai haver algo de forma efetiva.  
66 Algo que realmente comprove que vai haver o concurso. Se manifesta a Conselheira  
67 HELOISA ALENCAR, referindo-se também a questão dos Recursos Humanos. Primeiro  
68 sobre as aposentadorias, que continuam acontecendo e na sua maioria os cargos se  
69 extinguem, em função da municipalização. Ressalta que as funções de Auxiliar de  
70 Enfermagem e Auxiliar Administrativo, muito importantes na Secretaria, não tem tido  
71 reposição. Outro aspecto importante que comenta é sobre as vacinas. É um ato  
72 especializado e precisa de gente para tal, e portanto há necessidade de se pensar  
73 numa forma de reposição imediata. Continua a HELOISA. Na Atenção Básica faz  
74 questionamentos sobre as explicações nas Consultas Médicas. No ano passado houve  
75 uma medida que diminuiu, nas Equipes de PSF, de 4 para 3 consultas. Tem uma  
76 explicação para esta medida e eu questiono esta explicação, na medida em que não é  
77 só o PFS que está atendendo menos de 4 consultas por hora. Na prática, nas Unidades  
78 Básicas de Saúde houve uma quebra na produção das consultas médicas em geral e  
79 não somente em PSF. Havia um Programa, que não chegou a ser implantado em toda a  
80 Rede, mas algumas Unidades implantaram. Foi desenvolvido pela PROCEMPA, que era  
81 o PRA. Era uma agenda para todos os profissionais, não somente médicos. Funcionava  
82 bem, garantia a presença dos profissionais, com a agenda. Os usuários não precisavam  
83 ficar todos no mesmo horário. Isso na verdade forçou a presença dos profissionais durante  
84 o turno de trabalho. Então acho que é uma questão que devia ser retomada, ser revista  
85 pela Secretaria. É um instrumento que está pronto, desenvolvido pela PROCEMPA. Outra  
86 questão é a explicação com relação as urgências. Dizer que aumentar as consultas na  
87 Rede Básica significa ser mais resolutivo é, para mim, equivocado. Se tivéssemos dados  
88 de uma pesquisa qualitativa, para dizer que melhorou a qualidade dos atendimentos e  
89 portanto foi mais resolutivo, tudo bem. Se a população acessou mais consultas, não  
90 significa que elas foram mais resolutivas. Se manifesta a Conselheira REJANE,  
91 complementando sobre estas consultas médicas, na região leste-nordeste. Isto de passar  
92 de 4 para 3 acontece a quase dois anos. É uma região com 17 Equipes de Saúde da  
93 Família. Então porque aparece isto, agora, neste relatório. Na questão da odontologia, por  
94 um lado se teve menos ingresso na primeira consulta, mas se observou uma coisa  
95 bastante positiva que foi o número de atividades em grupo ou mesmo atendimentos mais  
96 coletivos. Houve um aumento de 9.641 para 17514. Questiono se isto é em função da  
97 melhora de registros ou atendimentos mesmo? A questão dos CEOs e sua implantação.  
98 Pelo que tem no relatório financeiro tem a verba, e esta foi liberada? Porque que a PUC  
99 desistiu? Quem entrará no lugar dela? Fala a Conselheira IONE e diz também, que a

100 muito tempo se questiona a questão da odontologia e a desculpa sempre é esta de que  
101 não tem manutenção. Esta desculpa tem que mudar, pois é muito velha. Pelas minhas  
102 contas com 56 gabinetes odontológicos na cidade poderia se melhorar um pouco mais o  
103 atendimento. O acesso nas Vilas, e eu trabalho no Humaitá, onde o mesmo é bem difícil.  
104 Sobre os NASCAs, observo que são sempre os mesmos NASCAs que fazem um trabalho  
105 maravilhoso, com professores, com seminários. Se manifesta a Conselheira MARIA  
106 LETÍCIA, referindo-se ao aumento de oferta de radio diagnóstico e ecografias. Como já  
107 se manifestou em prestações anteriores, reafirma novamente sua solicitação, qual seja, a  
108 posição do Gestor sobre este tema, que é a dificuldade de acesso a ecografias, por  
109 exemplo. Porque aumenta a ressonância magnética, que é um procedimento de alto  
110 custo e em contra partida não aumenta a oferta de ecografias. Tenho perguntado sempre  
111 e a resposta é de que o Prestador não quer fazer por causa do custo. Qual é o poder de  
112 negociação do Gestor. Porque somente um Prestador realiza ressonância magnética. O  
113 coordenador OSCAR PANIZ solicita esclarecimentos sobre o Disque Onco e o Câncer de  
114 Próstata, sendo que para cirurgias deste, os Hospitais estariam oferecendo 15 cirurgias  
115 por semana, para todo o Estado, informação de hoje pela manhã. A Conselheira MARIA  
116 LETÍCIA relembra o fechamento do CAPS/AD e que havia a promessa de reabri-lo, o que  
117 não ocorreu. O Secretário esteve no Centro de Saúde da Vila dos Comerciários e falou  
118 da possibilidade de reabrir lá um CAPS/AD. E isso não andou. A Conselheira IONE  
119 aproveita e comenta sobre o fato de ter apenas um atendimento de emergência para a  
120 Saúde Mental, que é na Cruzeiro. Para quem mora, por exemplo, na zona norte é muito  
121 longe. Se pronuncia a Conselheira MARTA MARCANTONIO, seguindo nesta linha,  
122 referindo-se ao repasse financeiro do governo federal para a Saúde Mental. Temos dois  
123 CAPS que produzem e como não há repasses disso? Relembra a Conselheira SANDRA  
124 PERIN que no ano passado foi apresentado aqui neste Conselho que havia a previsão  
125 de instalar-se 4 CAPS/AD até julho de 2007. Gostaria de saber como anda isso? Estamos  
126 já em 2007. Fala a Conselheira IONE e referindo-se a regulação de leitos, tem  
127 informações de que houve uma melhora. A Conselheira REJANE solicita esclarecimentos  
128 a Vigilância em Saúde, sobre a questão dos testes de VDRL e HIV em gestantes,  
129 porque as justificativas, pg. 30, pela convenção, pelos exames hospitalares, seria de  
130 100%, mas não bate com o número informado pelo SIS-Pré Natal. Isto é questão de  
131 registro. É um dado real, que na verdade o HIV fica 100% porque tem que fazer o teste  
132 rápido. Isso é somado ao teste rápido, que daí é obrigatório ou é um dado que vem da  
133 gestante que está lá fazendo o pré natal. Isto não está claro. Uma outra preocupação é  
134 quanto ao número de partos que é quase igual as cesarianas. Isto é preocupante pois o  
135 recomendado é de 10% a 15% de cesáreas. É questão de prestador? É orientação?  
136 Estão colocadas também as novas Diretrizes, que foi a capacitação feita no ano passado  
137 para toda a Rede. Aqui diz que estas são as conclusões das novas diretrizes. E vejo que  
138 o Dr. JAMES esta ai, a SANDRA. Naquele dia da capacitação, em que estive presente, no  
139 ano passado, foi dito que aquilo era uma proposta. Foi entregue, está aqui o material, pois  
140 era uma capacitação e estava aberto à sugestões. Se já está concluído, seria bom  
141 encaminhar para a Rede, até porque nestas diretrizes foram retiradas as consultas  
142 intercaladas de Enfermeiros e Médicos, para a assistência do pré natal e no algoritmo  
143 não consta a consulta dos enfermeiros. Também foi retirada. O que vamos fazer? Na  
144 questão da Farmácia, estamos com problemas de abastecimento de anti-hipertensivos.  
145 Nesta questão da Farmácia a Conselheira MARIA ENCARNACION solicita  
146 esclarecimentos sobre o Convênio com o GHC, onde parece que o mesmo deverá  
147 fornecer os medicamentos para suas Unidades. As 4 Unidades do GHC estão indo retirar  
148 medicamentos na Farmácia Distrital. Se manifesta a Conselheira DÉBORA MELECCHI,  
149 solicitando esclarecimentos sobre o número de atendimentos, pg. 48. Pergunta se isto

150 está significando o número de prescrições devidamente atendida. Também qual seriam  
151 os motivos para a redução de atendimentos nas farmácias regionais. Tem havido uma  
152 reclamação da falta de carbonato de cálcio nas Unidades. Na lista anexa de  
153 medicamentos observamos que haveria um estoque elevado do mesmo. Observando a  
154 Lisa da REMUME me preocupou pois o carbonato de cálcio e outros medicamentos  
155 serão dispensados somente nas Farmácias Distritais. Chamou-me a atenção o baixo  
156 estoque de anticoncepcionais. Na parte de Recursos Financeiros, o destinado a  
157 Medicamentos da Saúde Mental está parado. Por quais motivos? A conselheira  
158 DÉBORA, pergunta sobre o Plano Municipal de Assistência Farmacêutica, que se iniciou  
159 no ano passado e pelo calendário o prazo estaria expirando. A Conselheira JANETE  
160 referindo-se a Saúde Mental diz que a questão do atendimento não aparece no  
161 relatório. Não diz o que se tem, nem o que foi feito, nem comparações. Está tudo muito  
162 vago. Não sei como poderia se organizar para os outros relatórios. Uma coisa mais  
163 elaborada. Nos encaminhamentos se manifesta a Dra. DENISE AERTS, que diz terem  
164 sido sugeridas várias situações para melhorar o Relatório de Gestão. Solicita então às  
165 pessoas, como a JANETE, a SANDRA, e demais, que fizeram críticas à parte de Saúde  
166 Mental, para a DÉBORA, que encaminhem suas propostas. Esta última parte, em que  
167 não aparecem as metas, não foi trabalhada tão exaustivamente quanto a parte inicial.  
168 Portanto, estou convidando as pessoas para nos ajudarem a melhorar o Relatório. Sobre  
169 a proposta de Concurso, diz a DENISE ao TERRES que o Prefeito ainda não nos  
170 encaminhou nada por escrito. O que eles formalizaram foi uma demanda para que a  
171 Secretaria mapeasse todas as áreas que nós temos deficiências com servidores. Todos  
172 os setores estão fazendo este levantamento e estamos fazendo então previsão dos  
173 servidores necessários. A Dra. LIZIA MOTA intervém e explica sobre as  
174 aposentadorias municipalizadas. Diz ela que existe um termo de compromisso assinado  
175 entre o Ministério e a Prefeitura que quem cede o servidor, que é o cedente, quando  
176 este servidor se afasta por aposentadoria, existe uma possibilidade de repasse de  
177 recursos financeiros do Ministério, dentro do teto de Porto Alegre, e é isso que vamos  
178 averiguar. Então, estamos com este documento e estamos estudando esta possibilidade.  
179 Está encaminhado para o Jurídico, para estudar uma estratégia para repor isso. O  
180 ISMAEL, trabalhador da saúde e atualmente no Hospital Presidente Vargas, diz que esta  
181 questão se refere ao Hospital Presidente Vargas. Se manifesta o Dr. PEDRO GUS  
182 referindo-se ao Plano de Cargos, Carreira e Salários dos funcionários do SUS. Diz que  
183 ele foi terminado e será apresentado aos Secretários de Saúde possivelmente em  
184 fevereiro. A Dra. DENISE solicita que a Dra. HELENITA se manifeste sobre a  
185 Odontologia. Uma das solicitações é sobre a qualidade do registro, onde foi indicado que  
186 houve um aumento no número de procedimentos. E a pergunta da REJANE, sobre os  
187 procedimentos coletivos, era de se este aumento era uma melhoria da qualidade do  
188 registro. Diz então a Dra. HELENITA que dentro dos procedimentos coletivos se procurou  
189 avaliar o que estava havendo, pois tínhamos certeza que havíamos melhorado o  
190 quantitativo deste tipo de procedimento. Buscou-se esta informação nos boletins diários,  
191 que são remetidos por um site. Tinha problema pois os registros exigem faixa etária e  
192 como estas não estavam sendo registradas, estes procedimentos coletivos estavam  
193 sendo quase todos glosados. Por isso que deu este percentual muito mais alto. E sobre a  
194 primeira consulta, esta também exige a faixa etária e a maioria das Unidades não estava  
195 registrando. E aí glosa. Já propomos uma nova forma de acesso, pois é um problema o  
196 acesso à odontologia. Não queremos que seja a cada mês, cada 2 meses, etc. Queremos  
197 que seja semanal. Fizemos toda uma proposta para ser implantada entre janeiro e  
198 fevereiro, de uma nova sistemática de acesso que vai melhorar a primeira consulta. E  
199 sobre a manutenção, já praticamente 80% foram feitos pela nova Empresa. Sobre os

200 CEOs. Foram assinados com a UFRGS e com a ULBRA. O da UFRGS já está  
201 funcionando. O CEO do Santa Marta iniciou a obra. O do IAPI também. O da Cruzeiro  
202 começam as obras a semana que vem. O da Bom Jesus será próprio. Sobre a Restinga,  
203 a Secretaria repassou os 50 mil para a ULBRA e assim que concluírem a obra do IAPI  
204 iniciam na Restinga. A PUC desistiu pois achou oneroso abrir a Faculdade em janeiro e  
205 fevereiro, nas férias. A Dra. DENISE retoma e responde à HELOÍSA e a LETÍCIA que  
206 está se procurando resolver alguns problemas de falta de exames, na pactuação. Nós já  
207 solicitamos ao Conselho que indicasse pessoas para fazer parte das Comissões de  
208 Pactuação. Seria muito bom que vocês se juntassem ao grupo que está trabalhando na  
209 Contratualização. Fala o Dr. ELSADE e diz que realmente ecografia é uma dificuldade. É  
210 um exame que depende de um profissional médico fazendo, e que tem uma remuneração  
211 baixa. Alguns hospitais são difíceis na negociação. Têm um poder de fogo muito grande.  
212 O GHC, por exemplo, faz algumas reuniões de negociação e quando a Secretaria aperta  
213 eles somente querem decidir junto com o Ministério. O Secretário recebeu hoje uma  
214 carta, dizendo que eles querem discutir contratualização junto com o Ministério. Responde  
215 ao Conselheiro OSCAR sobre o limite do número de ofertas de cirurgia de urologia que  
216 ele não é verdadeiro. Cada Hospital tem cotas da parte de cirurgia de urologia. Posso  
217 passar este dado pois o número é muito maior que isto. Evidentemente que este é um  
218 dos principais problemas que a gente tem, pois o diagnóstico e a incidência do câncer de  
219 próstata aumentou muito nestes últimos anos e a oferta dos serviços dentro dos  
220 Hospitais não acompanhou isso e o próprio número de profissionais não aumentou.  
221 Ressalta o Dr. ELSADE que em função da crise dos Hospitais o interior está solicitando  
222 ainda mais internações nos Hospitais de Porto Alegre. A Dra. DENISE retorna à falar e  
223 diz que a boa notícia é da grande diminuição do número de mosquitos em Porto Alegre e  
224 conseqüente diminuição do risco da Dengue. Sobre os medicamentos a PAULA  
225 responde. Sobre o com trato com o GHC, o mesmo ainda não foi fechado. Foi uma  
226 proposição que eles fizeram, de que assumiriam a parte de medicamentos do GHC. Isto  
227 ainda não está assinado. O GHC se comprometeu de fornecer os medicamentos para os  
228 seus postos. Em relação ao quadro e da Programação Arredondada, ela significa o que  
229 efetivamente a gente comprou. É arredondada, pois se aumenta o quantitativo em função  
230 da embalagem. Sobre os anticoncepcionais, a competência é do Ministério da Saúde,  
231 pela Portaria 3084/2005. O Ministério tem de repassar aos Municípios, os  
232 anticoncepcionais, em medicamentos. Em 2006 Porto Alegre recebeu duas remessas de  
233 anticoncepcionais. Por isso que em alguns momentos o estoque sobe, parecendo elevado.  
234 No caso da midroxiprogesterona o Ministério no ano de 2006 repassou 2 mil ampolas. O  
235 consumo médio da Secretaria é de 3 mil ampolas/mês. A Prefeitura complementa a  
236 compra de 1.300 a 1.500 ampolas/mês. Se dividirmos isto nas mais de cem Unidades,  
237 teremos uma média de 10 ampolas/mês para cada Unidade. A Prefeitura em 2006 tinha e  
238 tem a obrigação de gastar R\$1,00/habitante/ano. Ela gastou R\$3,10/habitante/ano. Isto  
239 somente dinheiro da Prefeitura. Tivemos mais repasses do Ministério. Do Estado  
240 praticamente não houve. E sobre o Plano que a DÉBORA perguntou, em novembro, o  
241 Ministério da Saúde promoveu uma capacitação e ficou definido que a Assistência  
242 Farmacêutica será um capítulo do Plano Municipal de Saúde. Sobre Metas, a Assistência  
243 Farmacêutica não as tem, mas sim a Portaria 2084, que regulamenta os repasses.  
244 Retoma a palavra a Dra. DENISE AERTS, que solicita mais uma vez: os colegas, com  
245 conhecimento específico nas áreas, estamos solicitando que nos ajude. Fizemos um pacto  
246 com o Conselho, que nós Instituição estamos querendo melhorar o Relatório de Gestão.  
247 Para qualificá-lo é necessário que cada um que ache que não está bom, nos diga onde  
248 melhorar. Por isto estou pedindo a tua ajuda, REJANE, na área da Saúde da Mulher. Em  
249 relação ao SAMU, já tínhamos comentado antes, é importante que ele venha um dia,

250 numa reunião do Conselho, para esclarecimentos. O que a REJANE apontou é que em  
251 lugares que a gente vê que existe uma fala de epidemia de cesariana. A Organização  
252 Mundial da Saúde indica um percentual máximo de 15%. Temos nos Hospitais  
253 conveniados do SUS, em torno de 30 a 35% de casarias. Nos Hospitais privados, alguns  
254 com 85%, outros, 90% e até 95%. Como os dados do SISNAC dizem respeito a toda  
255 Porto Alegre e não somente os Hospitais do SUS, os Hospitais que trabalham com  
256 Convênio aumentam muito as nossas prevalências. De qualquer maneira temos que  
257 trabalhar junto aos Hospitais, principalmente aos Escola, na sensibilização de que não se  
258 aumente a realização do parto Cesário. Fala o Dr. ELSADE, dizendo que na  
259 Contratualização foram elencados 12 itens de qualidade e um deles é o índice de  
260 redução de cesáreas em relação ao parto. A Conselheira IONE se manifesta dizendo que  
261 neste relatório poderia estar entrando alguma coisa de obras e cita o exemplo do Prédio  
262 do PSF Nazaré. A Unidade está fechada a um ano e meio e não tem solução. No ano  
263 passado, em março, foi dito que em julho de 2006 estariam iniciando as obras. Até hoje  
264 isto não aconteceu. A seguir a Conselheira MARIA LETÍCIA relata um incidente ocorrido  
265 com um Usuário no PAM 3, quando o mesmo, ao utilizar um sanitário, acidentou-se no  
266 mesmo, pois o vaso deslocou-se, fazendo com que o Senhor trancasse a porta,  
267 internamente, devido ao seu peso, que caiu junto a porta. A manutenção do Posto foi  
268 chamada para arrebentar o marco da porta, para retirar o Usuário. Fala o Sr. PEDRO  
269 RIBEIRO, dizendo que um Relatório que precisa ser explicado, está mal feito. É uma  
270 constatação básica. Se for grande e bem escrito, irá provocar menos questionamentos.  
271 Retoma o Coordenador, OSCAR PANIZ, explicando que quando o Relatório de Gestão  
272 foi entregue, providenciou-se que junto estivesse o Parecer 090/06 da SETEC, sobre o  
273 mesmo, para que os Conselheiros o conhecessem previamente. Sendo assim o mesmo  
274 não será lido agora. Na seqüência o Coordenador encaminha a votação do Relatório de  
275 Gestão do Terceiro Trimestre de 2006. O mesmo é aprovado por 21 votos favoráveis, 6  
276 contrários e 3 abstenções. Na seqüência o Coordenador, OSCAR PANIZ, faz um relato  
277 de como está sendo encaminhado o Projeto de Combate a Gravidez na Adolescência,  
278 que este Conselho o suspendeu temporariamente em 21 de dezembro de 2006. Diz que  
279 na segunda feira, 15 de janeiro passado, esteve, juntamente com a Conselheira ZILDA  
280 MARTINS, no Ministério Público Estadual, atendendo solicitação daquela Entidade, para  
281 tratar da suspensão temporária do Projeto. Ao final foi determinado um prazo de dez dias  
282 para que o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre detalhasse, por escrito, os  
283 motivos da suspensão. Até o dia 25 de janeiro próximo. O que acordamos na reunião do  
284 Núcleo de Coordenação de ontem é de possa se trazer o Projeto, com as contribuições  
285 a serem encaminhadas, para a Plenária de 8 de fevereiro próximo, onde será apreciado.  
286 Após esta explanação, as 21:40 hs, é encaminhado o final da Plenária e lavrada a  
287 presente Ata.

288  
289  
290 OSCAR RISSIERI PANIZ  
291 Coordenador da Plenária

AURA MENDONÇA  
Secretária

Ata aprovada na reunião plenária do dia 20/02/2007

292  
293